



Veículo: O Liberal		
Data: 01/11/2016	Caderno: Atualidades	Página: 06
Assunto: Acidente		
Typo: Notícia	Ação: Espontânea	Classificação: Neutra

Barcarena enfrenta dois novos acidentes

AMBIENTE

Vazamento de caulim e rebocador que afundou voltam a ameaçar população

DILSON PIMENTEL
De Barcarena

Um novo vazamento de caulim voltou a preocupar os moradores de Barcarena, no nordeste paraense. O acidente ocorreu no sábado. No domingo, um rebocador também afundou perto de Barcarena e, segundo os moradores, vazou óleo diesel. Os dois fatos não têm conexão entre si, mas, conforme os moradores, agora já são 20 os acidentes ambientais registrados, nos últimos anos, naquela região. E tudo isso ocorre um ano depois do naufrágio do navio Haidar, que, transportando quase cinco mil bois vivos, afundou no porto de Vila do Conde, no município, causando um desastre sem precedentes, e que afetou, ainda, as comunidades ribeirinhas do

município de Abaetetuba.

O caulim é formado pela caulinita e tem a cor branca por causa do seu baixo teor de ferro. Trata-se de um mineral argiloso branco, não inflamável, não tóxico e que não apresenta reatividade química, diz, em sua página, a empresa Imerys Caulim, de onde o produto vazou. O Ministério Público do Estado do Pará informou, ontem, que ainda não recebeu notificação oficial da empresa Imerys sobre este vazamento de caulim no rio Pará, em cujas águas ocorreu o naufrágio do navio Haidar.

O promotor de Justiça de Barcarena, Laercio Guilhermino de Abreu, acompanhado de técnicos do MPPA, do procurador de Justiça do Ministério Público Federal, Bruno Valente, e de representantes da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) estiveram em Barcarena, no sábado, para uma diligência. O grupo sobrevoou a área para conferir o vazamento e avaliar a extensão do dano. Os técnicos estão elaborando um relatório sobre a visita, mas já anteciparam que

o vazamento atingiu uma extensão considerável.

Ainda esta semana, os representantes do MPPA, MPF e Semas devem retornar a Vila do Conde para conversar com representantes da empresa e coletar mais informações sobre o acidente. O promotor Laercio Guilhermino de Abreu disse ainda que o MPPA, em parceria com o MPF, deve instaurar um procedimento para aprofundar as investigações a respeito do vazamento.

A Semas comunicou que, assim que tomou conhecimento do ocorrido, acionou uma equipe técnica, que fez um sobrevoou do local para avaliar a situação do vazamento e também realizou vistoria in loco. Além da equipe do órgão ambiental, representantes do Ministério Público Estadual e do Instituto Evandro Chagas acompanharam todo o processo. Segundo a Semas, todas as medidas estão sendo tomadas e já foi solicitada a paralisação do sistema onde foi constatado o lançamento do minério no corpo hídrico. Os técnicos do órgão

devem acompanhar as condições da empresa durante todo o processo.

Já a Assessoria de Comunicação do Corpo de Bombeiros informou que, por volta de 14 horas do último domingo (30), foi avistada por moradores e pescadores uma mancha branca na praia de Vila do Conde, no município de Barcarena. Dois técnicos da Defesa Civil Estadual foram deslocados para levantamento de informações e apoio à Semas, por meio da Diretoria de Fiscalização da secretaria. A empresa Imerys foi notificada pela Semas mas garantiu que a quantidade da substância que apareceu na praia não é prejudicial à saúde e já foi dissipada pelo rio naturalmente. O Corpo de Bombeiros acrescentou que, em data ainda não definida, haverá uma reunião da Defesa Civil Estadual com a Secretaria de Meio Ambiente para tratar da adoção de medidas preventivas que evitem esse tipo de acidente novamente.

Sobre o rebocador que afundou no domingo, a Se-

mas informou ontem que, até o momento, não foi constatado vazamento de óleo. Já a Capitania dos Portos disse ter sabido do acidente, mas que ainda não localizou os tripulantes da embarcação para obter detalhes, o que continuará tentando fazer hoje. Não houve feridos no acidente, sobre

Já são vinte os acidentes registrados nos últimos anos na região

o qual ainda não se tem mais informações.

Acidentes ambientais

CONFIRA OS QUE ENVOLVEM A IMERYS

- **2004:** Vazamento de grande proporção de material proveniente de bacias de rejeito na empresa, ocasionando contaminação dos igarapés Curuperê e Dendê
- **2006:** Novo vazamento de material proveniente de bacias de rejeito na Imerys com nova contaminação dos cursos d'água
- **2007:** Novo acidente ambiental envolvendo rejeito da empresa, desta vez de proporção ainda maior, atingindo até mesmo o rio Pará, o que gerou a assinatura de TAC com o MPPA, além de

- inquérito policial
- **2011:** Rompimento de duto com efluentes ácidos, atingindo, mais uma vez, os igarapés Curuperê e Dendê
- **2012:** Mais um vazamento de material das bacias de rejeito da Imerys
- **2014:** Novo vazamento de rejeito, o que chegou a ser objeto de ação cautelar ajuizada pelo MPF e MPPA na Justiça Federal de Belém, tendo havido posterior assinatura de TAC, que se encontra em fase de fiscalização de cumprimento

FONTE: MPF

Imerys é responsável por oito dos desastres, segundo ambientalistas

Depois de informar as providências já adotadas, o procurador Bruno Valente, do MPF, disse que também será feita uma vistoria na empresa. "Já estamos agindo nesse acidente. E lamentamos muito mais um episódio de uma longa cadeia de acidentes ambientais em Barcarena. De 2003 para cá, a partir de quando a gente tem registros seguros, a quantidade de acidentes supera, em muito, a média de um por ano. E estamos falando só de acidente de grande proporção", afirmou.

Paulo Feitosa, do Instituto Barcarena Socioambiental, disse que o vazamento do caulim é o 19º acidente registrado na região nos últimos anos. E que esse número subiu para 20, depois que um rebocador afundou no domingo. "Esse é o oitavo acidente da Imerys Rio Capim Caulim. Ela tem a responsabilidade de manter a segurança para que nada possa acontecer. Vamos conversar com as autoridades públicas de Justiça. Até pensávamos que iam nos fechar o ano sem um acidente

da Imerys. Mas, infelizmente, não vamos", disse ele. Paulo afirmou ainda que as comunidades afetadas por esses acidentes não têm recebido o suficiente para se manter. "No acidente anterior, a Imerys estava pagando R\$ 350,00 para algumas famílias. Deu cesta básica e água por um tempo. Depois, cortou a cesta básica e a água. O que precisamos ver são os acordos que o Ministério Público está fazendo com essa empresa e que não têm sido favoráveis à comunidade. É preciso rever esses acordos.

E fazer alguma coisa que realmente venha beneficiar a comunidade positivamente", afirmou. Segundo ele, as comunidades não têm água tratada nem produção. "Dá uma migalha para a comunidade, que fica quieta com aquilo ali", acusou.

Paulo Feitosa disse ainda que as comunidades têm laudos feitos pelo Instituto Evandro Chagas e pela Universidade Federal do Pará que demonstram que o caulim é, sim, um agente poluidor com grande número de metais pe-

sados que se encontram na matéria prima processada. "Causa um dano terrível para o meio ambiente e para a população que ali vive", garantiu a presidente do Centro Comunitário de Vila do Conde, Quezia Caetano: "Contornaram muito rápido, não chegou a espalhar na praia toda, senão seria mais uma calamidade. Estamos aguardando os laudos. Estamos cansados de tantos acidentes em nossa comunidade. Quem mais sofre somos nós, que moramos ali", acrescentou.

Em nota, a Imerys informou que, no sábado, às 8h30, identificou uma "pequena quantidade de caulim" em frente a seu porto privado, localizado em Barcarena. A empresa diz ter atuado rapidamente na remoção do material localizado na praia. Imediatamente após o episódio, a empresa contactou as autoridades e órgãos responsáveis para informar sobre a ocorrência. "As investigações estão em andamento para confirmar a causa do evento", anunciou.



Dois novos acidentes ocorridos no final de semana voltam a preocupar a população de Barcarena, que acumula uma série de ocorrências desastrosas ao longo dos anos



População consome água com chumbo, alumínio, selênio e fósforo

No último dia 25, o Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) entraram na Justiça com ação que pede a determinação de providências urgentes para possibilitar que a população de Barcarena tenha acesso a água potável. Na ação, o MP pede que a Justiça Federal obrigue a União, o Estado do Pará e o município de Barcarena a planejar e executar, em quatro meses e meio, o cadastro de todas as famílias das áreas onde foi detectada contaminação na água. Concluído o cadastro, empresas de Barcarena devem fornecer água para consumo humano a essas comunidades até que elas tenham acesso a sistema de abastecimento de água potável. Foi solicitada uma quantidade mínima diária de dois litros de água por pessoa, a ser fornecida por meio de caminhões-pipa ou embarcações.

O Laboratório de Química Analítica e Ambiental da Universidade Federal do Pará (UFPA) detectou chumbo, alumínio, selênio e fósforo nas

amostras de água, em quantidades superiores às dos limites máximos apontados pela legislação brasileira. Textos científicos citados pelo MP informam que os efeitos tóxicos desses elementos podem incluir distúrbios no sistema nervoso, anemia, doença cardiovascular, câncer, degeneração dos ossos e distúrbios na função renal e na reprodução.

Para o MP, há fortes indícios de que a população de Barcarena vem consumindo água com contaminação ligada à atividade industrial que é desenvolvida no município. Por isso, além do município, figuram como réus a União, pelo descaso com os impactos socioambientais decorrentes da decisão política de criação do distrito industrial de Barcarena, o Estado do Pará, pela falta de monitoramento desses impactos, e as indústrias Albras, Alunorte, Imerys, Oxbow, Votorantim e Yara.